ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA IV CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR SOBRE A POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA COMUM/POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA (PESC/PCSD)

(Atenas, República Helénica | 3 e 4 de abril de 2014)

Composição da Delegação

Integraram a **Delegação da Assembleia da República** os seguintes Senhores Deputados:

- Paulo Mota Pinto (PSD), Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE) e Chefe da Delegação;
- António Rodrigues (PSD), membro da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP);
- Mónica Ferro (PSD), membro da Comissão de Defesa Nacional (CDN);
- Gabriela Canavilhas (PS), membro da CNECP;
- Marcos Perestrello (PS), membro da CDN;
- António Filipe (PCP), indicado pela CAE.

O apoio técnico foi prestado pelo Representante permanente da Assembleia da República junto das instituições europeias, Bruno Dias Pinheiro, e pela Assessora da Comissão de Assuntos Europeus, Alexandra Pereira da Graça.

Enquadramento

O Parlamento Helénico, no âmbito da dimensão parlamentar da respetiva Presidência do Conselho da União Europeia (UE), organizou, em Atenas, nos dias 3 e 4 de abril de 2014, a IV Conferência Interparlamentar sobre a PESC/PCSD. Esta Conferência, cujo programa se anexa, contou com a participação de todos os Parlamentos nacionais da UE e dos países candidatos, do Parlamento Europeu (PE) e ainda do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE).

Toda a informação sobre esta Conferência pode ser encontrada em:

http://www.gr2014parliament.eu/Calendar/TabId/1106/ArtMID/3114/ArticleID/67/Interparliamentary-Conference-for-the-Common-Foreign-and-Security-Policy-and-the-Common-Security-and-Defence-Policy-CFSPCSDP.aspx

Programa

Do Programa da Conferência constavam os pontos que, seguidamente se apresentam:

- **Reunião da Comissão *Ad Hoc***

O Presidente da Comissão Permanente de Defesa Nacional e Negócios Estrangeiros do Parlamento helénico, Senhor **Konstantinos Tsiaras**, começou por fazer uma síntese do trabalho efetuado e referiu-se às propostas de alteração apresentadas, condensadas em documento previamente distribuído.

Foi, então decidido recomendar a adoção do acrónimo IPC-CFSP/CSDP. Foi, também, adotado o Relatório do Seminário de 21 de fevereiro para a revisão das Regras de Procedimento da Conferência PESC-PCSD e o papel das boas práticas, com vista a ser submetido à Presidência Italiana.

- ***Sessão de Abertura***

A Sessão de Abertura da Conferência foi iniciada com as boas-vindas do **Presidente da Comissão Permanente de Defesa Nacional e Negócios Estrangeiros do Parlamento helénico, Senhor Konstantinos Tsiaras**, e pelo **Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento Europeu, Senhor Elmar Brok**.

O discurso de abertura do **Senhor Konstantinos Tsiaras** foi pontuado pelo desejo de que os trabalhos fossem proveitosos, com vista a alcançar uma Europa capaz de atuar com segurança, no quadro da cooperação, do progresso e do respeito mútuo entre os seus Povos, na base da confirmação dos princípios democráticos.

Referiu-se à UE como catalisador de influências positivas e à necessidade de formatar uma verdadeira política comum de segurança e defesa para a Europa, de acordo com os respetivos Governos, à necessidade de desenvolver a complementaridade no setor da defesa, à introdução de melhorias na formação do pessoal que participa nas missões internacionais e, ainda ao papel a desempenhar pelos Parlamentos nacionais.

Pronunciou-se relativamente às situações de desenvolvimento das crises vividas na Ucrânia e na Síria e à necessidade de a UE assumir um papel cada vez mais importante como uma força de segurança global.

Por último, procedeu à apresentação da agenda dos trabalhos da Conferência e passou a palavra ao **Senhor Elmar Brok** que começou por se referir à situação na Ucrânia e na Síria.

Considerou que o problema da União Europeia residia no facto de não existir a adoção de uma linha comum para enfrentar a Rússia. Era fundamental que, em comum, fossem determinadas as prioridades políticas, relativamente à Ucrânia e à Síria. Nesse sentido, era necessário que esta Conferência rejeitasse em absoluto a agressão da Rússia contra a Ucrânia e tornasse claro que a Europa devia assegurar as condições adequadas com vista à paz, segurança e prosperidade, nas áreas de vizinhança.

- **Desafios de segurança nos países vizinhos do Sul e do Leste da União Europeia – uma perspetiva nacional.**

Este tema foi apresentado pelo Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da República helénica, **Evangelos Venizelos** que sublinhou a importância que atribuía à dimensão parlamentar, no quadro do princípio da subsidiariedade.

Em seguida, traçou a trajetória percorrida pelo seu país, desde a entrada para a UE, destacando em particular o facto de estar em curso a Presidência do Conselho da União (no caso da Grécia, a 5ª) e a saída próxima do programa de assistência financeira e o regresso aos mercados.

Continuando, pronunciou-se sobre a instabilidade a nível regional e europeu, referindo-se ao Norte de África e sobre as crises no Médio Oriente – a guerra civil na Síria e as consequências dos tumultos (exportação da crise) no Líbano e Iraque; conflito entre israelitas e palestinianos; as situações de crise no Egito e na Líbia. Lembrou, ainda a invasão e ocupação turca de parte do território cipriota e a este propósito, a Declaração conjunta sobre as negociações para a reunificação do Chipre.

Relativamente à Ucrânia considerou que a imposição de sanções económicas à Rússia seria prematura, uma vez que as possibilidades das vertentes diplomática e política ainda não tinham sido esgotadas, sendo que era necessário que os Estados-Membros se esforçassem mais, com vista a uma tomada de posição conjunta sobre a Ucrânia e a Rússia.

Face à crise da Ucrânia, no quadro da segurança europeia lembrou o Artigo 5.º do Tratado de Washington e a manifestação de solidariedade transatlântica e o relacionamento NATO-Rússia. Por outro lado, havia necessidade de refletir sobre o peso que representaria para a sociedade civil, o apoio financeiro do FMI e os seus condicionalismos, tendo em conta que a situação social poderia vir a provocar uma crise de participação na política.

Na perspetiva da unidade meridional, manifestou o interesse no estreitamento de relações com os Balcãs.

Referiu-se também à reunião ministerial, que dentro de dias teria lugar no Cairo, com a participação dos representantes dos Estados-Membros da UE e a Liga Árabe para abordarem as questões

relacionadas com a Síria e o Processo de Paz para o Médio Oriente e o aprofundamento da cooperação bilateral em áreas específicas.

Seguiu-se o período de debate e, de entre as questões apresentadas, o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República de Portugal, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD) interveio para se pronunciar sobre: a não concordância com a anexação da Crimeia pela Rússia e o voto aprovado no Parlamento português sobre os acontecimentos ocorridos na Ucrânia; a necessidade de se implementar uma política de energia comum; a prioridade da proteção das vidas e o apoio imediato aos imigrantes nas fronteiras, no âmbito do FRONTEX - Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia; e a necessidade de incrementar a política de vizinhança do sul.

- **Prioridades correntes nos domínios da PESC-PCSD, incluindo a situação na Ucrânia.**

Foi oradora deste tema a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia, **Catherine Ashton**.

A oradora realçou a efetiva consolidação do Serviço Europeu de Ação Externa, porque de entre outras razões, tinha que se ter em consideração a conjuntura do momento e a adaptação à crise. Deu nota de que se tinha avançado em relação às prioridades que tinham sido definidas (aumento do número de representações/delegações-Panamá, Mongólia; aumento do número de mulheres na delegação e incremento na política de vizinhança).

Prosseguindo, sobre a Ucrânia referiu que os acontecimentos tinham-se acelerado muito e sublinhou o facto de a Rússia ter violado a lei internacional e atacado a integridade territorial de outro país, razão pela qual a UE não reconhecia o referendo realizado e a anexação da Crimeia. Para tanto, constituía uma prioridade o desaceleramento da situação, através de uma continuada ação diplomática e do exercício de pressões sobre a economia da Rússia, embora se defendesse como aspeto relevante o estabelecimento das relações entre os dois países. Por outro lado, era forçoso apoiar a Ucrânia para que fosse possível garantir a estabilidade económica, o crescimento e a democracia de acordo com a vontade do seu povo. Os vários Comissários visitavam regularmente a Ucrânia e contactavam com as entidades oficiais.

A Alta Representante informou que no final de abril seriam levantadas as barreiras comerciais entre a Ucrânia e a UE (tinham aumentado as exportações da Ucrânia para a UE) e que o FMI tinha contribuído com 15.000 Milhões de dólares.

Pronunciando-se sobre o Egito, e na expetativa de que viesse a ser alcançado um futuro democrático e estável para o país, destacou os esforços de sensibilização para a erradicação da pena de morte.

Em relação à Síria, referiu ter reunido com o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, sobre a grave situação aí existente e a prestação de ajuda financeira da UE para apoio humanitário.

A oradora abordou igualmente os temas relativos ao problema nuclear do Irão e o estabelecimento de contactos com o Presidente dos EUA, na sua vertente euro-atlântica; ao aumento dos custos de natureza militar e a necessidade de inverter a tendência dos cortes neste domínio, através da cooperação entre todos, com o objetivo de produzir mais material e equipamento, com menos recursos financeiros; à necessidade de explorar novas fontes e recursos para que a Europa pudesse dispor de energia auto-sustentável.

A Alta Representante manifestou a sua satisfação pelo facto de terem sido alcançados os objetivos propostos como a implementação do Serviço Europeu de Ação Externa, o desenvolvimento das relações da União com os parceiros estratégicos e o maior envolvimento da UE em matéria de política de vizinhança.

A finalizar a sua intervenção, a Alta Representante agradeceu o apoio proporcionado pelos Parlamentos nacionais.

Seguiu-se o período de debate.

- **Conclusões do Conselho de dezembro: desenvolvimentos no quadro dos setores da defesa e da segurança**

O tema esteve a cargo do **Ministro da Defesa Nacional da República Helénica**, Senhor **Dimitrios Avramopoulos** e do **Secretário-Geral para os Assuntos Interinstitucionais do Serviço Europeu de Ação Externaa (SEAE)**, Senhor **Maciej Popowski**.

O Ministro da Defesa Nacional começou por relevar para a importância da dimensão parlamentar da Presidência grega e para a política de segurança e de defesa. Referiu-se ao arco de instabilidade que se estende da Ucrânia ao Norte de África e que pode produzir consequências nefastas para a UE, nos domínios da segurança e da coesão social. Nesse sentido, havia que definir os interesses estratégicos e políticos, desenvolvendo uma política mais ativa, cabendo à Europa um papel integrador, em virtude de não se poder dar respostas individualmente, mas em conjunto.

O Conselho de dezembro tinha marcado o futuro em matéria de segurança.

Prosseguindo, o Ministro considerou a importância de conceber uma estratégia europeia em matéria de segurança e defesa cibernauta, nos domínios marítimo e de segurança energética, desenvolvendo sinergias com as áreas de direitos e liberdades, com vista a enfrentar os movimentos migratórios ilegais, o crime organizado e o terrorismo, mas também a apoiar os países terceiros em matéria de

reforço de gestão de fronteiras, especialmente no quadro das fronteiras com os Estados-Membros da União.

Referiu-se ao papel que desempenham as pequenas e médias empresas (PME) na consolidação do mercado da indústria de defesa militar, através de programas de incentivos, por forma a alcançar um nível competitivo e sustentável. Esta questão reveste-se de grande importância, tendo em conta que é preciso evitar a fragmentação do mercado europeu.

A finalizar, referiu que o papel a desempenhar pela UE, para os cidadãos, tem que ter tradução na sua defesa. Considerou a necessidade de erradicar nacionalismos e radicalismos, na perspetiva de uma Europa mais integrada.

Interveio, de seguida, o **Secretário-Geral do SEAE** que começou por considerar a necessidade de, em face das alterações das fronteiras, refletir sobre as resoluções a tomar, examinado previamente o resultado do Conselho. A indústria de defesa encontrando-se em fase de preparação, releva para a importância da colaboração com a NATO. Neste sentido, tinha sido realizado um debate entre os líderes focado no financiamento das missões.

Sublinhou que o mercado da indústria de defesa devia ser ainda mais desenvolvido na Europa, para benefício de todos os Estados-Membros e desse modo, promover a procura e aumentar a capacidade de produção, no quadro de uma situação de redução de despesas militares.

Referindo-se à Cimeira UE-África considerou a necessidade de habilitar os países deste continente, com formação, para se tornarem cada vez mais independentes.

Seguiu-se o período de **debate** e, nesta sede, o **Ministro da Defesa** pronunciou-se sobre a importância do papel dos Parlamentos nacionais, no âmbito do aprofundamento dos temas sobre a construção europeia.

- **Grupos de Trabalho**

Grupo de Trabalho 1 – A estratégia europeia para a segurança marítima, a dimensão marítima da política da segurança e da defesa comum.

A Mesa deste grupo de trabalho foi presidida por um membro da Comissão Permanente de Defesa Nacional e Negócios Estrangeiros do Parlamento Helénico, Senhor **Yiannis Kefalogiannis**, tendo sido relatora a Senhora Deputada **Ana Gomes**, membro da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento Europeu. Integraram ainda a Mesa o Presidente da Comissão de Defesa do Senado italiano, Senhor **Nicola Latorre**, o Brigadeiro-General, Conselheiro Militar da EEAS, Senhor **Walter Huhn** e o Diretor do Centro de Coordenação do Transporte Marítimo Multinacional de Atenas, Senhor **Loukas Katsikas**.

Os membros da Mesa pronunciaram-se sobre as seguintes matérias:

- Os desafios que os Estados-Membros têm vindo a enfrentar, no plano internacional, designadamente no que se refere à questão da Crimeia;
- As capacidades dos Estados-Membros não totalmente potenciadas no quadro do transporte de pessoas e de comércio, pelo mundo, por via marítima;
- O alargamento da Missão Atalanta para mecanismos de persuasão, no quadro de uma mais estreita cooperação com a NATO;
- A estratégia de segurança marítima devia ser incorporada nas políticas da UE, com vista a torná-la sustentável e a assegurar corredores marítimos;
- A complexidade da ameaça que pesa sobre a questão marítima, relacionada com a pirataria;
- A necessidade de estabelecer o princípio da imunidade para o pessoal destacado em missões;
- O alargamento das competências do FRONTEX e as melhorias a introduzir em matéria de formação (nos Estados-Membros).

O Diretor do Centro de Coordenação do Transporte Marítimo Multinacional de Atenas procedeu, então, a uma apresentação em PowerPoint sobre as atividades e a missão desenvolvidas pelo Centro, a que se seguiu o debate.

No decurso do debate foi sublinhada a necessidade de evitar estratégias nacionais contraditórias. Nesse sentido, defendeu-se a aproximação à implementação de uma estratégia de segurança marítima, investindo na capacidade de defesa da UE.

Importa referir que, no contexto do debate, foram também abordados aspetos relacionados com o ambiente, a pesca, o turismo, as infraestruturas, a necessidade maior coordenação e cooperação com a NATO, a imigração ilegal, inovação e tecnologias.

Cabe especial referência à intervenção da **Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS)** que começou por se referir ao interesse de Portugal na abordagem de políticas ou de medidas relativas a estratégias marítimas, por razões de segurança interna, de economia e científicas, designadamente no que se refere à investigação, inovação e tecnologias relativas ao mar.

Em seguida, centrou-se no desenho da costa marítima portuguesa e nos arquipélagos da Madeira e dos Açores que, situados no oceano Atlântico, conferem à Europa uma extensa e importante dimensão.

Numa perspetiva histórica, referiu-se à vocação marítima da Grécia que fez com que este país se tivesse tornado uma potência na construção de navios, no século passado, e a Portugal, país com

cariz inovador em matéria de conhecimentos náuticos e grande navegador entre os séculos XIV e XVII.

No quadro do aproveitamento das potencialidades e competências, a UE dever-se-ia concentrar na importância que representam os equipamentos indispensáveis ao reforço da capacidade de produção náutica. Neste sentido, tem particular relevo a defesa dos estaleiros navais, situados em países com tradições no domínio do mar e da economia a ele associada, como acontece em Portugal.

Especificamente, no que se refere aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, sublinhou a importância da manutenção da sua atividade, no quadro do reforço da capacidade europeia para a indústria militar e comercial.

De igual modo, sobre a Base Aérea das Lages, nos Açores, relacionada com a retirada de militares dos EUA, destacou o facto de a UE não manifestar interesse na oportunidade de lançar mão de uma oportunidade de manter uma base militar com características relevantes para a implementação de uma estratégia de segurança marítima europeia.

Terminando a sua intervenção, questionava a UE no sentido de saber, em que altura concretizaria as ações preconizadas em matéria de segurança e defesa.

Grupo de Trabalho 2 – Os desenvolvimentos recentes no Médio-Oriente

Este grupo de trabalho analisou os recentes desenvolvimentos ocorridos no Médio Oriente.

A Mesa foi constituída pelos Senhores **Nikolaos Panagiotopoulos**, membro da Comissão permanente de Defesa Nacional e Negócios Estrangeiros do Parlamento Helénico, e que presidiu, **Paolo Alli**, membro da Câmara de Deputados italiana e relator.

A sessão foi iniciada com a apresentação do Senhor **Christian Berger**, Diretor da EEAS para o Norte de África, Médio Oriente, Península Arábica, Irão e Iraque.

Interveio o Senhor **Averof Neofytou**, Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e de Assuntos Europeus da Câmara de Representantes da República do Chipre e, por fim, o Senhor **Thanos Dokos**, Diretor-Geral da Fundação Helénica para a Política Europeia e Externa.

No debate que se seguiu foram várias as questões apresentadas, incluindo a tragédia humanitária em resultado da guerra civil Síria e o impacto na região; a situação política interna no Egito; a divisão Sunni-Shia; as preocupações com a escalada dos grupos islâmicos radicais e a compatibilidade do

Islão com a democracia; o futuro do Iraque e os Curdos; o processo nuclear iraniano; a resolução do problema palestiniano; e o impacto das revoltas árabes como consequência da Primavera Árabe.

Participaram neste grupo de trabalho os Senhores Deputados **António Rodrigues** (PSD) e **António Filipe** (PCP).

Em síntese, os participantes destacaram a importância que representa o Mediterrâneo para a União e os interesses políticos, económicos e de segurança e a necessidade da UE ter um papel mais ativo em matéria de vizinhança do sul, no quadro das prioridades da política externa.

Grupo de Trabalho 3 – O envio de forças militares no quadro da PCSD: processo de tomada de decisão e práticas parlamentares.

O terceiro grupo de trabalho analisou o envio de forças militares no quadro da PCSD, com particular destaque para o debate sobre a diversidade de processos de tomada de decisão e de práticas entre os vários Parlamentos nacionais.

Foi sublinhada a importância da necessidade de existir uma política de defesa e segurança comum; foi relevado o papel que representa para a UE as Forças de Intervenção Rápida, como resposta imediata às crises e como contribuição para a segurança dos cidadãos. Contudo, neste particular, foi considerada a sua não total operacionalização, devido à existência de diferentes procedimentos relativos à tomada de decisão pelos Parlamentos nacionais.

Foi também, salientada a importância da abordagem sobre a partilha de custos, no quadro de financiamento das missões, como pré-requisito para a decisão dos Estados-Membros nela se lançarem. Neste sentido, foi descrito o papel do Parlamento alemão na aprovação de missões e a situação atual dos debates sobre as decisões e as práticas parlamentes tomadas neste domínio.

No debate intervieram os Senhores Deputados **Mónica Ferro (PSD)** e **Marcos Perestrello (PS).**

- **Adoção das Conclusões**

Em síntese, integram o documento das Conclusões da Conferência as prioridades da Política de Segurança e Externa Comum, no tocante à Ucrânia, à Síria e ao Egito; ao acompanhamento do Conselho de Defesa e a abordagem às situações de conflito e de crise externas; à estratégia de segurança marítima da União Europeia e as crises de segurança em África; ao papel dos Parlamentos e as missões militares e civis no quadro da PESC-PCSD.

Por fim, foi formulado um voto de congratulação pelo sucesso do mandato da Alta Representante, pela forma como, com êxito, geriu a transição das disposições consagradas no Tratado de Lisboa, com vista a uma eficaz aproximação às políticas nas áreas da PESC e da PCSD.

As Conclusões adotadas podem ser visualizadas aqui

Assembleia da República, 2 de maio de 2014